

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	21.293.803,40	20.945.315,94	23.665.977,13	24.849.275,99
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	664.866,26	772.636,69	1.235.680,06	1.297.464,06
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	515.435,24	559.969,50	606.793,88	637.133,57
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	40.600,68	36.861,24	37.812,36	39.702,98
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Contribuições - R P P S	474.834,56	523.108,26	568.981,52	597.430,60
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	3.710.894,64	1.422.897,34	2.396.762,80	2.516.600,94
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.702.215,93	1.412.307,29	2.386.622,40	2.505.953,52
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	160.580,51	92.348,49	151.928,87	159.525,31
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	3.541.635,42	1.319.958,80	2.234.693,53	2.346.428,21
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	8.678,71	10.590,05	10.140,40	10.647,42
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	181.368,57	199.055,24	270.677,62	284.211,50
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	16.085.261,19	17.854.848,90	18.933.995,48	19.880.695,25
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	135.977,50	135.908,27	222.067,29	233.170,65
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	135.977,50	135.908,27	222.067,29	233.170,65
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	0,00	0,00	0,00	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.977.127,95	675.097,12	1.235.859,37	822.998,62
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	574.908,30	129.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	35.048,81	84.901,14	141.568,85	148.647,29
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	23.455,70	25.332,69	28.007,32	29.407,69
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.918.623,44	564.863,29	491.374,90	515.943,65
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	709.873,48	784.539,02	852.152,33	894.759,95
9.0.0.0.00.00.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.372.101,61	-3.857.677,63	-2.587.908,10	-2.717.303,51
	TOTAL DA RECEITA	21.608.703,22	18.547.274,45	23.166.080,73	23.849.731,05

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	14.477.100,19	16.087.577,21	17.912.035,73	18.807.637,52
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.973.086,91	8.936.577,55	9.796.939,27	10.286.786,23
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	7.262.782,29	8.152.038,53	8.944.786,94	9.392.026,29
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	710.304,62	784.539,02	852.152,33	894.759,95
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	78.718,95	52.694,29	29.650,94	31.133,49
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	78.718,95	52.694,29	29.650,94	31.133,49
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.425.294,33	7.098.305,37	8.085.445,52	8.489.717,80
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.425.294,33	7.098.305,37	8.085.445,52	8.489.717,80
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.803.389,91	1.024.968,91	1.582.952,49	1.662.100,11
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.564.009,94	780.390,79	1.347.566,55	1.414.944,88
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.564.009,94	780.390,79	1.347.566,55	1.414.944,88
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	2.465,54	765,73	0,00	0,00
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	2.465,54	765,73	0,00	0,00
4.5.90.99.00.00.00	Outras inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	236.914,43	243.812,39	235.385,94	247.155,24
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				436.134,62
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS				2.943.858,80
	TOTAL DA DESPESA	16.280.490,10	17.112.546,12	19.494.988,22	23.849.731,05
	PREVISÕES DA LEI DE ORÇAMENTO	2012	2013	2014	2015
	Receita Prevista (já deduzido o FUNDEB)	19.943.250,00	21.422.706,20	23.120.275,00	25.261.400,00
	Rendimento de Aplicações Financeiras	1.185.901,49	1.678.956,00	1.642.050,00	1.349.810,00
	Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00	700.000,00	0,00
	Receita de Alienação de Bens	94.800,00	106.200,00	137.000,00	290.000,00
	Receita de Amort.de Empréstimos Concedidos	71.000,00	81.000,00	81.000,00	56.000,00
	Despesa Fixada (cfe lei de orçamento)	19.943.250,00	21.422.706,20	23.120.275,00	25.261.400,00
	Juros e Encargos da Dívida	127.000,00	112.000,00	112.000,00	87.000,00
	Amortização da Dívida	290.000,00	270.000,00	275.000,00	351.000,00
	Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada	600.590,21	672.345,15	581.851,25	323.652,14	(24.737,66)	(472.456,22)
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	1.979.228,32	2.163.537,88	2.281.318,02	2.141.361,41	2.195.405,77	2.206.028,40
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	(1.817.709,27)	(2.220.143,43)	(2.678.484,62)
(4) Passivos Reconhecidos						
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	-	(1.817.709,27)	(2.220.143,43)	(2.678.484,62)
(6) Resultado Nominal		-	-	(1.817.709,27)	(402.434,16)	(458.341,19)

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	574.908,30	129.000,00			
2.2 Encargos	52.694,29	29.650,94	31.133,49	36.886,08	42.973,45	49.800,59
2.3 Amortizações	243.812,39	235.385,94	247.155,24	292.822,55	341.147,55	395.345,25

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de Pinhal Grande

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - LDO PARA 2016

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	REALIZADO 2014	REESTIMADO 2015	PROJETADO 2016	PROJETADO 2017	PROJETADO 2018
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	21.293.803,40	20.945.315,94	23.665.977,13	24.849.275,99	26.746.346,17	28.784.428,41	30.943.344,64
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	664.866,26	772.636,69	1.235.680,06	1.297.464,06	1.654.238,92	2.187.175,05	2.671.600,07
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	515.435,24	559.969,50	606.793,88	637.133,57	707.920,38	775.020,88	849.104,78
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	40.600,68	36.861,24	37.812,36	39.702,98	42.271,82	45.194,27	48.531,56
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Contribuições - R P P S	474.834,56	523.108,26	568.981,52	597.430,60	665.648,57	729.826,41	800.573,23
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	3.710.894,64	1.422.897,34	2.396.762,80	2.516.600,94	2.655.367,88	2.786.237,97	2.925.006,61
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.702.215,93	1.412.307,29	2.386.622,40	2.505.953,52	2.644.031,56	2.774.117,91	2.911.991,57
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	160.580,51	92.348,49	151.928,87	159.525,31	168.315,16	176.596,26	185.373,10
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	3.541.635,42	1.319.958,80	2.234.693,53	2.346.428,21	2.475.716,40	2.597.521,65	2.726.618,47
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	8.678,71	10.590,05	10.140,40	10.647,42	11.336,32	12.120,06	13.015,04
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	181.368,57	199.055,24	270.677,62	284.211,50	302.600,39	323.520,60	347.410,37
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	16.085.261,19	17.854.848,90	18.933.995,48	19.880.695,25	21.177.961,47	22.447.053,78	23.865.203,02
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	135.977,50	135.908,27	222.067,29	233.170,65	248.257,12	265.420,33	285.019,79
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	135.977,50	135.908,27	222.067,29	233.170,65	248.257,12	265.420,33	285.019,79
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	-	-	-	-	-	-	-
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.977.127,95	675.097,12	1.235.859,37	822.998,62	738.901,31	789.985,11	848.320,06
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	-	-	574.908,30	129.000,00	-	-	-
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	35.048,81	84.901,14	141.568,85	148.647,29	158.264,98	169.206,60	181.701,34
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	23.455,70	25.332,69	28.007,32	29.407,69	31.310,40	33.475,04	35.946,94
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.918.623,44	564.863,29	491.374,90	515.943,65	549.325,93	587.303,46	630.671,77
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	709.873,48	784.539,02	852.152,33	894.759,95	996.928,65	1.093.046,53	1.199.002,63
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.372.101,61)	(3.857.677,63)	(2.587.908,10)	(2.717.303,51)	(2.893.116,87)	(3.093.131,93)	(3.321.538,38)
		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA		21.608.703,22	18.547.274,45	23.166.080,73	23.849.731,05	25.589.059,26	27.574.328,12	29.669.128,95

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	LIQUIDADO 2012	LIQUIDADO 2013	LIQUIDADO 2014	REESTIMADO 2015	PROJETADO 2016	PROJETADO 2017	PROJETADO 2018
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	14.477.100,19	16.087.577,21	17.912.035,73	18.807.637,52	19.898.053,94	20.625.872,92	21.249.965,19
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.973.086,91	8.936.577,55	9.796.939,27	10.286.786,23	10.903.666,62	11.184.689,17	11.334.863,24
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	7.262.782,29	8.152.038,53	8.944.786,94	9.392.026,29	9.955.249,50	10.211.828,29	10.348.940,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	710.304,62	784.539,02	852.152,33	894.759,95	948.417,12	972.860,88	985.923,24
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	78.718,95	52.694,29	29.650,94	31.133,49	36.886,08	42.973,45	49.800,59
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	78.718,95	52.694,29	29.650,94	31.133,49	36.886,08	42.973,45	49.800,59
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.425.294,33	7.098.305,37	8.085.445,52	8.489.717,80	8.957.501,25	9.398.210,31	9.865.301,36
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.425.294,33	7.098.305,37	8.085.445,52	8.489.717,80	8.957.501,25	9.398.210,31	9.865.301,36
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.803.389,91	1.024.968,91	1.582.952,49	1.662.100,11	1.814.022,60	2.287.753,54	2.586.429,03
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.564.009,94	780.390,79	1.347.566,55	1.414.944,88	1.521.200,05	1.946.605,99	2.191.083,77
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.564.009,94	780.390,79	1.347.566,55	1.414.944,88	1.521.200,05	1.946.605,99	2.191.083,77
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	2.465,54	765,73	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	2.465,54	765,73	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	236.914,43	243.812,39	235.385,94	247.155,24	292.822,55	341.147,55	395.345,25
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	436.134,62	687.106,22	1.213.167,95	2.092.463,64
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	2.943.858,80	3.189.876,50	3.447.533,70	3.740.271,09
TOTAL DA DESPESA		16.280.490,10	17.112.546,12	19.494.988,22	23.849.731,05	25.589.059,26	27.574.328,12	29.669.128,95

Município de Pinhal Grande						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016						
TABELA 01 - Parâmentos Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas						
Execício	2013	2014	2015	2016	2017	2018
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	5,91%	6,41%	8,40%	5,51%	4,92%	4,97%
VARIAÇAO DO PIB	2,30%	0,10%	-1,23%	0,91%	1,90%	2,30%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	-0,14%	-2,93%	-11,53%	-4,87%	-6,44%	-7,61%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	2,26%	7,40%	-2,17%	0,00%	0,00%	0,00%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	8,00%	53,42%	-2,17%	19,75%	23,67%	13,75%
CRESC.REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	2,79%	-0,47%	-2,17%	0,05%	-0,86%	-0,99%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL	6,31%	6,15%	8,13%	5,60%	4,50%	4,50%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-58,31%	66,17%	-2,17%	1,90%	21,96%	7,23%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	7,25%	10,95%	13,43%	12,29%	11,04%	10,40%
PIB / RS (em R\$ milhões)	310.458	363.244	375.094	412.762	452.125	486.531
Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir:						
ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF.ARREC. .TRIBUT.	CRESC. REC.TRANS FERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P M	X	X				
Receita de Contribuições - R P P S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - PM	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X					
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Recietas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P M	X					
Outras Receitas Correntes - R P P S	X					
Operações de Crédito						
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X					
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X				X	
Deduções da Receita	X					
ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEIOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC. INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	x		X		
Pessoal do R P P S	X	x		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					x
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Invetimentos	X				X	
Invetimentos RPPS	X				x	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					x

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	25.589.059	24.252.734	0,006%	27.574.328	24.908.813	0,006%	29.669.129	25.532.168	0,006%
Receitas Primárias (I)	22.755.452	21.567.105	0,006%	24.597.529	22.219.770	0,005%	26.539.489	22.838.914	0,005%
Despesa Total	25.589.059	24.252.734	0,006%	27.574.328	24.908.813	0,006%	29.669.129	25.532.168	0,006%
Despesas Primárias (II)	25.259.351	23.940.243	0,006%	27.190.207	24.561.824	0,006%	29.223.983	25.149.092	0,006%
Resultado Primário (I – II)	(2.503.898)	(2.373.138)	-0,001%	(2.592.679)	(2.342.053)	-0,001%	(2.684.494)	(2.310.177)	-0,001%
Resultado Nominal	(1.817.709)	(1.722.784)	0,000%	(402.434)	(363.532)	0,000%	(458.341)	(394.432)	0,000%
Dívida Pública Consolidada	323.652	306.750	0,000%	(24.738)	(22.346)	0,000%	(472.456)	(406.579)	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	(1.817.709)	(1.722.784)	0,000%	(2.220.143)	(2.005.530)	0,000%	(2.678.485)	(2.305.006)	-0,001%

Fonte:

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;

2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;

4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2012, 2013 e 2014) e os valores reestimados para o exercício atual (2015), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento real das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, e crescimento real, quando cabível, das despesas com pessoal e demais custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou-se a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 553/2014. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, considerando-se, ainda, a previsão de operações de crédito no futuro e respectivas amortizações.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculadas levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2015, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente (a)	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente (b)	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente (c)	Constante	(c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	4.138.294	3.922.181	0,001%	4.420.395	3.993.090	0,001%	4.726.194	4.067.190	0,001%
Receitas Primárias RPPS (I)	1.662.577	1.575.753	0,000%	1.822.873	1.646.662	0,000%	1.999.576	1.720.762	0,000%
Despesa Total RPPS	4.138.294	3.922.181	0,001%	4.420.395	3.993.090	0,001%	4.726.194	4.067.190	0,001%
Despesas Primárias RPPS (II)	4.138.294	3.922.181	0,001%	4.420.395	3.993.090	0,001%	4.726.194	4.067.190	0,001%
Resultado Primário RPPS (I – II)	(2.475.716)	(2.346.428)	-0,001%	(2.597.522)	(2.346.428)	-0,001%	(2.726.618)	(2.346.428)	-0,001%

Fonte:

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	21.450.766	20.330.552	0,005%	23.153.934	20.915.723	0,005%	24.942.935	21.464.978	0,005%
Receitas Primárias (I)	21.092.875	19.991.352	0,005%	22.774.656	20.573.108	0,005%	24.539.913	21.118.152	0,005%
Despesa Total	21.450.766	20.330.552	0,005%	23.153.934	20.915.723	0,005%	24.942.935	21.464.978	0,005%
Despesas Primárias (II)	21.121.057	20.018.062	0,005%	22.769.813	20.568.733	0,005%	24.497.789	21.081.902	0,005%
Resultado Primário (I – II)	(28.182)	(26.710)	0,000%	4.843	4.375	0,000%	42.124	36.251	0,000%

Fonte:

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	23.120.275	0,006%	23.166.081	0,006%	45.806	0,20%
Receita Primárias (I)	20.560.225	0,006%	20.034.974	0,006%	(525.251)	-2,55%
Despesa Total	23.120.275	0,006%	19.494.988	0,005%	(3.625.287)	-15,68%
Despesa Primárias (II)	22.728.275	0,006%	19.229.951	0,005%	(3.498.324)	-15,39%
Resultado Primário (I-II)	(2.168.050)	-0,001%	805.023	0,000%	2.973.073	-137,13%
Resultado Nominal	-	0,000%	-	0,000%	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	0,000%	672.345	0,000%	672.345	-
Dívida Consolidada Líquida	-	0,000%	-	0,000%	-	-

FONTE:

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2014), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2016

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %
Receita Total	21.422.706	23.120.275	7,92%	25.261.400	9,26%	25.589.059	1,30%	27.574.328	7,76%	29.669.129	7,60%
Receitas Primárias (I)	19.556.550	20.560.225	5,13%	23.565.590	14,62%	22.755.452	-3,44%	24.597.529	8,10%	26.539.489	7,89%
Despesa Total	21.422.706	23.120.275	7,92%	25.261.400	9,26%	25.589.059	1,30%	27.574.328	7,76%	29.669.129	7,60%
Despesas Primárias (II)	21.040.706	22.728.275	8,02%	24.818.400	9,20%	25.259.351	1,78%	27.190.207	7,64%	29.223.983	7,48%
Resultado Primário (I – II)	(1.484.156)	(2.168.050)	46,08%	(1.252.810)	-42,21%	(2.503.898)	99,86%	(2.592.679)	3,55%	(2.684.494)	3,54%
Resultado Nominal	-	-	0	-	0	(1.817.709)	0	(402.434)	-77,86%	(458.341)	13,89%
Dívida Pública Consolidada	-	-	0	-	0	323.652	0	(24.738)	-107,64%	(472.456)	1809,87%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	-	0	(1.817.709)	0	(2.220.143)	22,14%	(2.678.485)	20,64%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	Variação %	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %
Receita Total	24.710.757	25.062.378	1,42%	25.261.400	0,79%	24.252.734	-3,99%	24.908.813	2,71%	25.532.168	2,50%
Receitas Primárias (I)	22.558.176	22.287.284	-1,20%	23.565.590	5,74%	21.567.105	-8,48%	22.219.770	3,03%	22.838.914	2,79%
Despesa Total	24.710.757	25.062.378	1,42%	25.261.400	0,79%	24.252.734	-3,99%	24.908.813	2,71%	25.532.168	2,50%
Despesas Primárias (II)	24.270.126	24.637.450	1,51%	24.818.400	0,73%	23.940.243	-3,54%	24.561.824	2,60%	25.149.092	2,39%
Resultado Primário (I – II)	(1.711.951)	(2.350.166)	37,28%	(1.252.810)	-46,69%	(2.373.138)	89,43%	(2.342.053)	-1,31%	(2.310.177)	-1,36%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	(1.722.784)	-	(363.532)	-78,90%	(394.432)	8,50%
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	306.750	-	(22.346)	-107,28%	(406.579)	1719,44%
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	(1.722.784)	-	(2.005.530)	16,41%	(2.305.006)	14,93%

Fonte:

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2016), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2013, 2014 e 2015), bem como para os dois seguintes (2017 e 2018), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2013, 2014 e 2015 foram extraídos das respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	15.500.816,28	83,60%	14.954.153,72	96,47%	8.126.389,49	54,34%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	3.040.468,62	16,40%	546.662,56	3,53%	6.827.764,23	45,66%
TOTAL	18.541.284,90	100,00%	15.500.816,28	100,00%	14.954.153,72	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

CONSOLIDAÇÃO GERAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	15.500.816,28	83,60%	14.954.153,72	96,47%	8.126.389,49	54,34%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	3.040.468,62	16,40%	546.662,56	3,53%	6.827.764,23	45,66%
TOTAL	18.541.284,90	100,00%	15.500.816,28	100,00%	14.954.153,72	100,00%

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2012, 2013 e 2014), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 192/1995 e 803/2001, está sobre a gestão do Fundo Aposentadoria e Pensões aos Servidores - FAPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2012 a 2014, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 14.954.153,72 em 31.12.2012 para R\$ 18.541.284,90 em 31.12.2014.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2014 com superavit.

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2014	2013	2012
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2012			
RECEITAS DE CAPITAL	141.568,85	84.901,14	35.048,81
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	141.568,85	84.901,14	35.048,81
Alienação de Bens Móveis	130.800,00	68.650,00	12.000,00
Alienação de Bens Imóveis	10.768,85	16.251,14	23.048,81
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	-	-	-
TOTAL	141.568,85	84.901,14	35.048,81

DESPESAS EXECUTADAS	2014	2013	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	1.582.952,49	1.024.968,91	1.803.389,91
Investimentos	1.347.566,55	780.390,79	1.564.009,94
Inversões Financeiras	-	765,73	2.465,54
Amortização da Dívida	235.385,94	243.812,39	236.914,43
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	1.582.952,49	1.024.968,91	1.803.389,91
SALDO FINANCEIRO			
	(4.149.792,51)	(2.708.408,87)	(1.768.341,10)

Fonte:

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2012, 2013 e 2014).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.016.469,98	1.843.067,06	2.803.675,05
RECEITAS CORRENTES	4.016.469,98	1.843.067,06	2.803.675,05
Receita de Contribuições dos Segurados	474.834,56	523.108,26	568.981,52
Pessoal Civil	474.834,56	523.108,26	568.981,52
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial	3.541.635,42	1.319.958,80	2.234.693,53
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	673.208,16	(533.194,58)	852.152,33
RECEITAS CORRENTES	709.873,48	784.539,02	852.152,33
Receita de Contribuições	709.873,48	784.539,02	852.152,33
Patronal	709.873,48	784.539,02	852.152,33
Pessoal Civil	709.873,48	784.539,02	852.152,33
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(36.665,32)	(1.317.733,60)	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	4.689.678,14	1.309.872,48	3.655.827,38

DESPESAS	2012	2013	2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	208.746,01	227.418,18	294.162,48
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	208.746,01	227.418,18	294.162,48
Pessoal Civil	208.746,01	227.418,18	294.162,48
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	208.746,01	227.418,18	294.162,48

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	4.480.932,13	1.082.454,30	3.361.664,90
--	---------------------	---------------------	---------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2012	2013	2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

Fonte:

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2012, 2013 e 2014.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2014.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.



Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
Exercício de 2016

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2014	1.330.111,52	715.283,27	614.828,25	614.828,25
2015	1.358.535,70	810.030,52	548.505,18	1.163.333,43
2016	1.678.669,93	923.727,22	754.942,71	1.918.276,14
2017	1.707.094,10	1.018.474,47	688.619,63	2.606.895,77
2018	1.741.203,11	1.132.171,17	609.031,94	3.215.927,71

Fonte: Nota Técnica Atuarial elaborada por IEM - Instituto Final de Avaliação Atuarial - Data Avaliação:31.12.2013

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
IPTU	ISENÇÃO	LEI 298/96	9.277,91	9.734,38	10.218,18	Vide Obsevação abaixo
IPTU	DESCONTO	LEI 490/97	7.566,90	7.939,19	8.333,77	
TAXAS	DESCONTO	LEI 490/97	5.246,07	5.504,18	5.777,73	
				-	-	
				-	-	
				-	-	
TOTAL			22.090,88	23.177,75	24.329,69	-

Fonte:

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2016 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2017 e 2018, foram claculados a partir dos valores de 2016, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2017: 4,92%

Inflação para 2018: 4,97%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 53 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	461.685,62
Decorrente de Receitas Tributárias	270.386,30
Decorrente de Transferências Correntes	191.299,32
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(24.727,46)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	436.958,16
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	436.958,16
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	47.463,24
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	47.463,24
Relativas a Outras Despesas Correntes	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	389.494,92

Fonte:

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2016 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2015-2016.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2016, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2015-2016 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-

Fonte:

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2016, adequar-se-ão às receitas do Município.

Município de Pinhal Grande
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2016

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	20.000,00	Dotação Orçamentária no Orçamento de 2016	20.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	20.000,00	SUBTOTAL	20.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	300.000,00	Limitação de empenhos conforme LDO	300.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00
TOTAL	320.000,00	TOTAL	320.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2016
ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA:

OBJETIVO:

TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida	
	Produto		
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
			Meta Física Valor
TOTAL DO PROGRAMA =====>			

(*) Tipo: P – OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária

MUNICÍPIO DE:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO IV

RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS

(Art. 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	EXECUÇÃO %		
			ATÉ EXERC ANTERIOR - 2014	NO EXERCÍCIO DE 2015	A EXECUTAR EM 2016
Total dos Recursos a Priorizar					

RIAS - 2016

AS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

RECURSOS PRIORIZADOS P/2016

[illegible]